



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL POLÍCIA MARÍTIMA

07 OUTUBRO 2015

NOTA À IMPRENSA

“Populares criticam Polícia Marítima após naufrágio”

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima lamenta a ocorrência de mais um trágico naufrágio na barra da Figueira da Foz, e enaltece a atuação do agente da Polícia Marítima residente nas proximidades, que, estando de folga, se munuiu de uma mota-de-água, conseguiu salvar duas vidas.

Este infeliz episódio deverá servir de alerta para as fragilidades do atual sistema de salvamento marítimo, sustentado no altruísmo dos profissionais da Polícia Marítima.

A ASPPM clarifica a população que os profissionais da Polícia Marítima não dispõem de competências para a busca e salvamento no mar, nem estão habilitados, treinados ou em prontidão para responder a ocorrências de naufrágio.

Os profissionais da Polícia Marítima que acorrem aos pedidos de socorro, fazem-no perante o desespero dos naufragos, nos meios náuticos de fiscalização e polícia que o serviço policial dispõe, com base na sua experiência e sensatez.

A Polícia Marítima, enquanto força de segurança, tem as suas missões direcionadas para a segurança de pessoas e bens, nos mesmos termos que as congéneres, GNR e PSP, que igualmente dispõem de meios náuticos.

Os profissionais da Polícia Marítima não podem abandonar as suas funções policiais cada vez que há um naufrágio, para suprir as falhas do sistema.

O altruísmo que move os profissionais da Polícia Marítima não deve ser confundido como um dever especial de garante da vida humana no mar.

As incontáveis vidas salvas por profissionais da Polícia Marítima não devem servir para ocultar a inoperância do atual Sistema.

Ao contrário do que referem alguns responsáveis, os profissionais da Polícia Marítima não estão sempre de serviço, nem têm de acorrer às emergências no mar, ainda que o devam fazer pelo dever geral que decorre sobre qualquer cidadão.

É tempo de encarar a inoperância do sistema na busca e salvamento no mar com a frontalidade que a situação merece, e responsabilizar as entidades competentes no salvamento marítimo, antes que se contem mais vítimas no seio da instituição policial.

A Direção Nacional